

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO DE ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA

FERNANDA CURTI

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS
DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL**

Brasília
Novembro/2016

FERNANDA CURTI

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS
DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Economia
e Gestão Pública da Universidade de
Brasília.

Orientador: Antônio Nascimento Junior.

Brasília

Novembro/2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FERNANDA CURTI

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS
DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL**

Dissertação de mestrado aprovada em __/__/2016.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof. Dr. Antônio Nascimento Junior FACE-UNB

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia e
Gestão Pública FACE/UNB**

Prof. Dr.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar forças pra não desistir desse sonho.

A FACE – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de Brasília – UNB, pelo apoio à minha participação no mestrado.

Ao meu orientador, Professor Antônio Nascimento Junior, por sua amizade, apoio competência, além da sua dedicação, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA , pela iniciativa, em conjunto com a UNB, de nos proporcionar essa oportunidade.

Aos professores do mestrado que colaboraram de alguma forma para essa formação.

Aos colegas de turma do mestrado, pela amizade e companheirismo.

A uma amiga em especial Helenise Sarno, que sempre me apoio e me orientou para nunca desistir nos momentos mais difíceis.

Aos meus familiares que sempre acreditaram na minha vitória.

RESUMO

A eficácia da Cooperação Internacional é bem delicada, nenhum auxílio à implementação de políticas públicas será a solução cabal aos problemas inerentes que, em síntese, vem historicamente permeando os caminhos de uma nação. De tal modo, o presente estudo tem por objetivo identificar quais são os fatores positivos e negativos da cooperação técnica internacional na gestão e implementação das políticas públicas. Como justificativa para o estudo, tem-se que, diante de uma sociedade globalizada, a não resolução ou redução de problemas universais de desigualdade sociais, segurança, saúde, fome, redução da pobreza dentre outros, trará menos segurança às minorias privilegiadas, portanto, a equalização nas desigualdades de muitos países afeta diretamente as minorias desenvolvidas. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. A pesquisa é do tipo exploratória-descritiva, caracterizando-se como qualitativa.

Palavras-Chave: Cooperação Internacional; Gestão; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The effectiveness of international cooperation is very delicate, any aid the implementation of public policies is the full solution to the inherent problems, in short, has historically permeating the ways of a nation. In this way, this study aims to identify what are the positive and negative factors in the International technical cooperation management and implementation of public policies. As justification for the study, is that in the face of a globalized society, no resolution or reduction of universal problems of social inequality, security, health, hunger, poverty reduction, among others, less security will bring the privileged minorities, therefore, equalizing the inequalities in many countries directly affects the developed minorities. The methodology used for the development of this study it is a literature review. The research is exploratory and descriptive type, characterized as qualitative.

Keywords: International Cooperation; Management; Public Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	11
1. PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	11
CAPÍTULO II	21
2. OEI - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS.....	21
2.1. Programas e Orçamento de Cooperação Executados no Período Entre os Anos de 2013 a 2016	26
2.2. Orçamento da OEI (US\$).....	27
2.3. Evolução Orçamentária 2005-2016 (em milhões de dólares).....	29
2.4. OEI – BRASIL.....	30
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

De acordo com Campos (2005), a cooperação pode ser definida como um procedimento de coordenação de políticas, por meio do qual os atores ajustam seus comportamentos às preferências reais ou esperadas dos outros atores. A conjuntura internacional é marcada pelo aumento da interdependência e da globalização, desde fim da Guerra Fria, como caminho natural, a política exterior dos estados assume uma postura mais integracionista através das trocas de informações, de experiências educacionais, culturais e tecnológicas desenvolvidas por outros estados.

Segundo Keohane (1984), uma das grandes mudanças que ocorreram no começo da década de 1990, foi o número de países que passaram de forma direta ou indireta a influenciar o ambiente internacional, devido o aumento da complexidade das informações. E assim, tendo um crescente aumento no número de instituições internacionais, e no escopo de sua regulação.

É preciso readequar-se a esse novo cenário, a esse ambiente onde as decisões internas são cada vez mais impactadas pelo mercado externo e pela política. É evidente transformação ao sistema internacional, após o fim da guerra fria, que implicou numa reorientação da política externa de vários países, inclusive do Brasil. Por essas razões, por mais independente que seja ou pretenda ser um país, é extremamente complicado fechar suas fronteiras e manter-se isolado. Neste contexto, torna-se cada vez mais necessária a cooperação internacional, passando a ser um importante instrumento de política externa.

O Brasil, por exemplo, ao oferecer ajuda internacional a outros países, desenvolve relações de laços culturais e de solidariedade. Por trás dessa retórica, porém, há aqui, como em outros países, interesses políticos e comerciais. Essa cooperação, se bem gerenciada, pode render bons frutos no que diz respeito a negociações multilaterais e aproximação com regiões do mundo.

A Cooperação Internacional possui em sua gênese um instrumental a serviço da política externa, com uma relação estreita nas políticas dos países com quem tem relação, focada na situação econômica e social, a cooperação deve ser parte da

agenda internacional para o desenvolvimento de muitas políticas públicas, que apesar do empenho de muitos governos, com ferramentas estratégicas voltadas para este desenvolvimento, não se percebeu grandes avanços nas condições de melhoria da implementação de suas políticas, principalmente as de combate da pobreza, promoção da paz, melhoria da saúde humana e ambiental, direitos humanos e desigualdade social.

Desta forma, a Cooperação Internacional vem direcionada a desenvolver ações em conjunto com países comprometidos com políticas de desenvolvimento sustentável a buscarem um progresso na equalização de suas desigualdades, auxiliando na implementação de políticas públicas administradas pelos Estados.

A eficácia da Cooperação Internacional é bem delicada, nenhum auxílio à implementação de políticas públicas será a solução cabal aos problemas inerentes que, em síntese, vem historicamente permeando os caminhos de uma nação. De maneira universal a cooperação é uma forma de subsídio a políticas públicas internas e externas direcionadas à busca de objetivos comuns. Em outras palavras, trata-se de uma diligência de organismos internacionais com sistemas nacionais políticos sociais.

Diante do exposto, a Cooperação Internacional apresenta-se como sendo uma importante ferramenta técnica que carrega como objetivo a transferência de conhecimentos, técnicas e experiências para fortalecimento particular e institucional e das explanações dos pontos positivos e negativos que serão apontados durante a leitura deste trabalho. Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os fatores preponderantes das agências multilaterais na implementação das políticas públicas?

De tal modo, o presente estudo tem por objetivo identificar quais são os fatores positivos e negativos da cooperação técnica internacional na gestão e implementação das políticas públicas. Como justificativa para o estudo, tem-se que, diante de uma sociedade globalizada, a não resolução ou redução de problemas universais de desigualdade sociais, segurança, saúde, fome, redução da pobreza dentre outros, trará menos segurança às minorias privilegiadas, portanto, a

equalização nas desigualdades de muitos países afeta diretamente as minorias desenvolvidas. Para tanto, estas nações precisam se posicionar quanto ao seu papel nessa empreitada, procurando ter ciência que por meio da cooperação técnica internacional existem fortes ferramentas de apoio a problemas pontuais em campos financeiros, técnicos, ambientais, sociais e científicos.

A cooperação internacional vem ocupando um lugar de maior relevo no debate sobre coordenação de política entre os países, nas últimas décadas. Varias correntes teóricas do campo das Relações Internacionais analisam esse processo no ambiente caótico do sistema de Estados. Variando das suas perspectivas, crenças, expectativas sobre em quais aspectos a cooperação é possível e quais são os reais interesses da participação de um Estado nesse processo. Mas independente dessas correntes teóricas, a cooperação internacional tem mudado cada vez mais sua concepção inocente, que a classifica como a uma simples ajuda entre os Estados e para um forte instrumento de política externa, que possibilita o aumento de ganhos para os Estados que a pratica, e um maior reconhecimento no cenário internacional.

O tema se mostra relevante, pois apresenta que, os estados necessitam definir suas estratégias de atuação, no âmbito das relações internacionais, as quais podem resultar em cooperação ou não. A condução dos Estados com sua política externa define sua posição no cenário internacional, sendo fundamental para que suas propostas, discursos e acordos sejam legitimados e tenham credibilidade.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. Esta revisão bibliográfica se deu por meio de artigos científicos e publicações. A pesquisa é do tipo exploratória-descritiva, caracterizando-se como qualitativa. O estudo se encontra estruturado da seguinte maneira: no capítulo I são apresentados os pontos positivos e negativos da cooperação internacional. No capítulo II, aborda-se a OEI – Organismo de Estados Ibero-Americano, mostrando os programas e orçamento de cooperação executados no período entre os anos de 2013 a 2016, o orçamento da OEI, a evolução orçamentária 2005-2016, e a OEI no Brasil.

CAPÍTULO I

1. PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Conforme Chang (2004), os contornos que se tracejam no campo das relações internacionais no começo do século XXI, sugerem semblantes de expressivas alterações no feitiço do sistema mundial, especialmente no que se alude aos meios de atuação política e econômica. Mesmo que permaneçam existindo substanciais desigualdades e dessimetrias entre os polos de poder e o resto do mundo que segue na procura de seu desenvolvimento, nota-se a probabilidade de inclusão de novos atores - que poderiam formar uma reorganização do espaço global, mirando uma configuração cada vez mais multipolar. A frequente perda de validade do capital polo de poder (os Estados Unidos), a manifestação de fortalecimento econômico de Estados ainda não desenvolvidos e a crescente interdependência entre países e regiões, tratam-se de fatores que solidificam esta probabilidade de mudança.

Frente a uma compreensão mais extensa, segundo Ayllón (2006, p. 07), a cooperação internacional é vista como o conjunto de ações internacionais públicas e privadas objetivando assim um avanço econômico e social dos países, sobretudo os em desenvolvimento. “A rede de organizações públicas e da sociedade civil que promovem atuações de cooperação internacional, compõem o Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD)”.

Conforme o autor supracitado, esse então, é composto por uma multiplicidade de atores: organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia; governos e agências nacionais e subnacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas. O Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), órgão da OCDE, agrupa os maiores doadores bilaterais de assistência para o desenvolvimento e tem suas próprias significações, princípios e critérios para o provimento de ajuda pelos seus países membros, representando um intenso papel

normativo acerca do tema.

Este mesmo autor acima ainda reitera que, neste contexto de cooperação, a cooperação técnica compõe, ao lado da financeira, uma das duas maneiras fundamentais da cooperação internacional. Seu conceito evoluiu no transcorrer das décadas desde o seu estabelecimento pela Assembleia Geral da ONU no ano de 1948 - ainda sob a designação de 'assistência técnica', modificada em seguida para 'cooperação técnica' diante de pressões dos países em desenvolvimento. De modo geral, a cooperação técnica carrega como objetivo a transferência de conhecimentos, técnicas e experiências para fortalecimento particular e institucional e, conforme os termos do CAD, abrange tanto subsídios ou bolsas para nacionais dos países receptores em programas de educação, treinamento e pagamentos para consultores, docentes e administradores atuando nos países receptores, além da despesa de equipamento conexo.

De acordo com Silvestre (2007), logo de início, apareceram críticas ao paternalismo que esta visão de cooperação evidenciava. O movimento, procedente dos países receptores dessa ajuda, reivindicava maior igualdade entre as partes, maior participação na decisão e implementação dos projetos de assistência técnica. Procedeu então que, lentamente, o termo 'assistência' foi suprido por 'cooperação', para significar ações, em que duas partes atuassem de maneira conjunta para alcançar um objetivo comum, atividades que procedessem em ganhos para ambos os lados.

Miranda (2004, p. 26), ao abordar tal tema, avulta que a expressão cooperação se alude a "uma relação bidirecional, em que ambas as partes têm algo a contribuir para mudanças ou melhorias nos dois lados". Todavia, Silvestre (2007, p. 47) assevera que o termo foi trocado sem que existisse mudança legítima no conteúdo das ações:

O jargão oficial nesse âmbito trata-se de uma confusão de acepções. Principiando na década de 1970, quando a cooperação internacional almejando desenvolvimento passou a ser prioritária nas relações internacionais, o termo 'cooperação técnica' alongou a substituir no linguajar da ajuda externa a expressão assistência técnica, com suas conotações paternalistas e politicamente bruscas, mesmo no que se aludia a programas cujo fim fora e permanece sendo, sobretudo, de caridade ou humanitária, ou seja, assistencial, ou nos casos – se não de direito, pelo menos de fato –

em que o doador continuava no controle dos programas que financiava, contrariando o conceito de parceria.

Sendo assim, se a cooperação técnica já foi em algum momento avaliada como sendo neutra, hoje em dia, se observa que, de fato, ela é carregada de implicações positivas e negativas sobre a ação produtiva, a estratégia de desenvolvimento e as relações sociais do país receptor. Pois segundo Ramos (2006), ela era vista como uma mera transferência de conhecimentos dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, objetivando modernizar e ocidentalizar a economia e a sociedade, suprimindo assim as suas bases clássicas, enxergadas como motivos do subdesenvolvimento. Essa modernização, todavia, mesmo quando adequada pelos países receptores, despontava ter como excepcional caminho para o desenvolvimento a importação das ideias, sistemas políticos, capitais e, certamente, tecnologia dos países desenvolvidos.

Segundo Valler Filho (2007), a cooperação técnica internacional é vista como um dos meios de cooperação Internacional para o desenvolvimento. De tal modo, esta cooperação compõe um conjunto de ações concretizadas por atores públicos e particulares, que abrange países de níveis de renda diferentes, com a finalidade de aperfeiçoar as condições econômicas e sociais dos países receptores.

Além disto, conforme Pino (2006, p. 47), abrange diferentes instrumentos, tais como: “econômico, comercial, financeiro, técnico, humanitário, científico e tecnológico – e fundamenta-se na procura por um sistema internacional mais pacífico, balanceado e seguro”, atenuando a distância que separa os países desenvolvidos dos outros. Nesta conjuntura, pode-se identificar a cooperação técnica como uma vertente da cooperação para o desenvolvimento. Lopes (2008, p. 19) alega que:

A cooperação técnica internacional se encontra inclusa na cooperação internacional para o desenvolvimento. Portanto, são agentes públicos (estados ou organizações internacionais) que desempenham atividades de cooperação com a finalidade declarada de gerar o desenvolvimento econômico e social do receptor. Contudo, a cooperação técnica internacional recusa o auxílio financeiro e abrange somente às atividades de capacitação técnica, portanto, de transferência de conhecimentos de um Estado para outro, objetivando assim suplantar verificados desafios ao desenvolvimento regional.

De acordo com Altemani e Lessa (2006), uma ação de cooperação técnica internacional é assinalada como uma intervenção provisória proposta a promover modificações qualitativas e/ou estruturais em um apontado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou tornar mínimo os problemas característicos reconhecidos naquele âmbito, seja para explorar chances e novos paradigmas de desenvolvimento. A concretização destas alterações ocorre através do desenvolvimento de competências técnicas de instituições ou de pessoas. Esta competência, por sua vez, poderá permanecer direcionada à assimilação de conhecimentos por partes da população e ao aprimoramento da ação final de instituições públicas e privadas, assim como a intervenções de desenvolvimento em áreas geográficas pré-determinadas.

Sendo assim, conforme o exposto até aqui, entende-se que a cooperação técnica internacional oferece aos beneficiários o desenvolvimento de sua competência técnica, por meio da promoção e anexação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas em mediais não comerciais e nos diferentes campos do conhecimento. Portanto, ficam excluídas as atividades basicamente assistenciais, humanitárias e de investimento. Ações de aspecto comercial, bem como financeiro e de construção de bens imóveis e de infraestrutura, não são reconhecidas como finalidade da cooperação técnica internacional. De acordo com a Agência Nacional de Cooperação (2009, p. 01):

A cooperação técnica internacional compõe essencial instrumento de desenvolvimento, ajudando um país a promover transformações estruturais nos seus sistemas produtivos, como maneira de suplantar restrições que dificultam seu natural desenvolvimento. Os programas praticados à luz desta cooperação admitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e modernos equipamentos, colaborando, de tal modo, para habilitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, a possibilitar-lhe um salto qualitativo de aspecto duradouro.

Neste sentido, observa-se que a adequação das bases contemporâneas da cooperação técnica internacional advém pelo conhecimento das linhas gerais do progresso histórico e conceitual da própria, cuja ascendência se encontra ligada ao sistema internacional que insurgiu no fim da Segunda Guerra Mundial, com as disputas intrínsecas ao mundo bipolar da Guerra Fria e com o nascimento de agências internacionais. Segundo Leite (2011), neste rumo do progresso histórico,

observam-se alterações na conciliação dos atores que ocasionam essa cooperação, advindo do habitual arranjo vertical entre um país do Norte e um país do Sul para outros integrantes, como a cooperação horizontal Sul-Sul e o abarcamento de um terceiro parceiro, compondo assim arranjos triangulares.

Para Altemani e Lessa (2006), no campo da cooperação multilateral, a Assembleia Geral da ONU de 1948, por meio da sua Resolução 200, estabelece de modo formal a assistência técnica para o desenvolvimento econômico. Esta resolução avigora que a promoção do avanço econômico e social se trata de um dos desígnios centrais na Carta das Nações Unidas e recomenda que a ausência de pessoal especializado e de organização técnica eram fatores que anteparavam o desenvolvimento econômico. A assistência precisaria então ocorrer com a concepção de equipes internacionais designadas para aconselhar os governos em seus programas de desenvolvimento econômico; com a formação no exterior de profissionais dos países em desenvolvimento; com a formação regional desses profissionais por meio da visita de peritos estrangeiros que auxiliassem igualmente no preparo de instituições técnicas; e por meio da providência de facilidades para auxiliar os governos a conseguirem pessoal técnico, material e estoque, além de concretizarem seminários acerca de problemas de desenvolvimento econômico, promovendo, portanto, a troca de informações.

Conforme Lima (2006), a eficiência da ajuda oferecida advinha então a ser questionada com maior destaque na década de 1970. Tanto doadores preocupavam-se com a má utilização de recursos, quanto receptores questionavam a origem e a abrangência do auxílio oferecido. Além do que, fortalecia-se o aspecto de interdependência entre os lados envolvidos na ação de cooperação, para fazer dessa algo bidirecional.

Conforme tal autora acima, nascia, então, uma nova maneira de intercâmbio entre os países do Sul, que adveio a ser designada de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, igualmente compreendidas por cooperação horizontal. Tal cooperação emergiu em um mundo que enfrentava sérios problemas de desenvolvimento e que reconhecia a necessidade em ampliar os esforços para se encarar as questões econômicas e sociais, considerando a crescente

interdependência entre as nações de distintos níveis de desenvolvimento. Tratava-se, portanto, de mais uma opção para a promoção da cooperação, sem a finalidade de substituir os programas habituais.

Conforme Sánchez (2002, p. 15), “[...] a cooperação teria como finalidades garantir a paz e gerar o desenvolvimento e justiça, conservando, portanto, uma ordem social e política legítima”. A cooperação internacional ficaria, assim, baseada em ações que governos e organizações da sociedade civil de países diferentes planejam e adimplem, objetivando promover um avanço mais equilibrado e equitativo no planeta.

Frente a tal ponto de vista, a cooperação internacional pode ser vista como um desafio comumente fundamentado em uma motivação moral de que todo meio de cooperação entre as nações irá resultar em uma experiência positiva. Já Keohane (1984) argumenta que, mesmo que possa existir uma determinada inocência em crer que a ampliação da cooperação entre todo e qualquer grupo de estados, procurando todo e qualquer fim, fundamentalmente irá estimular a adoção de valores humanos na política global, semelha ser evidente que uma coordenação mais efetiva de políticas por parte dos governos, em grande parte, será positiva.

Para este mesmo autor acima citado, a cooperação não é algo automático, não procede da simples existência de interesses recíprocos; ela demanda ajustes de conduta às primazias legítimas ou aguardadas dos demais atores. A cooperação solicita que as ações as pessoas separadas ou organizações – que não estão em uma harmonia preexistente – sejam trazidas em concordância por meio de um procedimento de negociação repetidamente aludido como coordenação de políticas.

De acordo com Soares *apud* Marcovitch (1994), a cooperação internacional carrega o conceito do trabalho coordenado entre estados, apresentando como escopo o alcance de implicações comuns para as partes envolvidas. Sendo assim, os benefícios seriam, de tal modo, recíprocos, entretanto, não basicamente de análogas magnitudes, portanto, há a desigualdade de imputações de cada parte.

A despeito, como bem assenta Keohane (1984), a cooperação induz sempre a uma circunstância em que as políticas de cada ator são avaliadas como um empecilho para a obtenção de seus objetivos, precisando de negociação e adequações. Se não existisse divergências, existiria somente harmonia, não cooperação

Abreu (2008) coloca que os países necessitam decidir estratégias de atuação no sistema internacional, todavia, precisam estar atentos à maneira como tracejam suas políticas externas para que estas ações sejam autenticadas e tenham confiabilidade. Com isto, esta postura política pode promover negativamente uma exasperação das discórdias, ou positivamente uma aproximação e coordenação das divergências, por meio de mecanismos de cooperação.

Sendo assim, entende-se que a cooperação técnica internacional trabalha em ambos os sentidos e pode ser compreendida, conforme Soares *apud* Marcovitch (1994), como um procedimento de transferência de conhecimentos e técnicas, em conceitos não comerciais, abrangendo benefícios tais como: envio de técnicos e peritos, programas de treinamento, intercâmbio de informações e compreendendo compras de equipamentos e material bibliográfico e a concretização de estudos e pesquisas.

Ainda conforme o autor acima, a cooperação internacional promove o pensamento do trabalho coordenado entre estados, trazendo como escopo a obtenção de resultados comuns para as partes enredadas. Os benefícios seriam, portanto, recíprocos, entretanto, não essencialmente de análogas proporções, disto se tem o pensamento da cooperação recebida, que origina a noção tácita da disparidade de imputações de cada parte.

De acordo com Afonso e Fernandes (2005), o progresso do conceito de cooperação técnica e o fortalecimento dessa como principal meio de fortalecimento de instituições frágeis, é em razão da tônica posta da prática da cooperação técnica, à concepção e avigoro das competências humanas e institucionais. Reconhece-se o valor do referencial seguido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que recomendou que a cooperação técnica internacional

precisaria ser ajustada por interesses recíprocos, na qual os atores abrangidos disponibilizassem recursos próprios proporcionais.

O apoio externo, por diversas vezes, é visto como uma política, entretanto, conforme Lancaster (2007), não se trata apenas de uma política, porém, um instrumento de política, compreendendo por vezes comércio e gastos militares no exterior ou ainda transferências públicas entre países. Apoio externo, para este autor, seria definido como uma transferência espontânea de recursos públicos de um Governo para outro Governo independente, ONG ou organização internacional (como a Banco Mundial ou o PNUD), em que um dos desígnios é o de aperfeiçoar a condição humana no país que recebe o apoio.

Segundo Lopes (2008), inicialmente do documento final do Fórum de Busan, observam-se alterações no sistema internacional em relação ao auxílio internacional, ao desenvolvimento e à sua efetividade. Os doadores habituais do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão advindo por uma crise intensa, e as promessas de acrescentar os níveis de ajuda realizadas no ano de 2005 foram feitas de modo parcial, bem como as melhoras na qualidade desta ajuda igualmente não ocorreram. Além disto, os doadores habituais têm encarado dificuldades em ampliar os níveis de alinhamento e harmonização com as políticas e os sistemas que se tem nos países receptores.

Simultaneamente a isto, seguindo o pensamento do autor acima, os doadores emergentes, sobretudo, os BRICS (países emergentes), principiam a se avultar e a agir com uma função mais importante, ocasionado uma visão alternativa de auxílio, fundamentada em outros princípios e práticas. Todavia, é complexo apresentar a precisão dos números dos BRICS, pois, dessemelhante dos países desenvolvidos, estes países não possuem uma metodologia comum de aferir auxílio financeiro e comunicar à OCDE

De fato, como consequência, observa-se atualmente que o panorama de doadores é caracterizado pela proliferação. Conforme Saraiva (2012, p. 64), “no ano de 2011, a soma total de ajuda prestada pelos países desenvolvidos foi de US\$

133,5 bilhões”. Já outro grupo de países emergentes que não são doadores habituais, “como os países árabes, Rússia, China, Taiwan e países do leste Europeu, desembolsou aproximadamente US\$ 7,2 bilhões”. Um fato importante na grande alteração do panorama da ajuda internacional, foi, além disto, o nascimento das ONG’s, que, “no ano de 2011, doaram cerca de US\$ 52,5 bilhões para os países de renda média e baixa”.

Segundo Lopes (2008), o diferencial dos BRICS, é que seus recursos são prestados através de um ajuste de financiamento condicional e incondicional, comumente sem condições políticas. E isto procede em uma relação de maior igualdade na relação com os BRICS, dessemelhante da assistência dada pelos doadores habituais, comumente com condições complexas. Para além dos auxílios habituais, os países emergentes dão perdões de dívida, empréstimos sem juros e linhas de crédito especiais.

Certamente, segundo Saraiva (2012), uma das convergências mais importantes no sistema internacional do auxílio ao desenvolvimento das últimas décadas, vem sendo a ampliação da cooperação Sul-Sul, embora não ser algo tão novo assim. A influência crescente dos BRICS na África, por exemplo, trata-se de um fato essencial. No ano de 2009, calculava-se que os BRICS contribuíram com US\$ 3,7 bilhões de auxílio financeiro, dentro de uma soma de US\$ 183,3 bilhões em auxílio, o que representa um terço do total de auxílio desembolsado por países fora do orbe de doadores habituais.

Conforme Visentini (2010), no ano de 2009, a China liberou cerca de US\$ 1,9 bilhão – três vezes mais que os US\$ 600 milhões no ano de 2003 –, o Brasil, US\$ 362 milhões. No ano de 2010, a ajuda do Brasil – adicionados os projetos de alimentação global, de reconstrução do Haiti e de cooperação técnica – alcançou a marca de US\$ 1,2 bilhão, nas estimativas da revista *The Economist*.

De acordo com Inoue e Vaz (2012), a ajuda do Brasil se faz presente, especialmente, nos segmentos de agricultura, educação e saúde, tanto na América Latina quanto na África. Frente a este panorama, ressalta-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA), que desenvolve uma cooperação técnica em

vários países.

Entretanto, conforme estes mesmos autores acima, as diferenças em comparação aos países desenvolvidos não param por aí. Em meio a IV Conferência sobre Eficácia na Ajuda Internacional, no ano de 2011, em Busan, China, Índia e Brasil rejeitaram o conceito de “ajuda internacional”, em título de uma “cooperação”, apresentando como argumento que se sentem em qualidade de igualdade com os países mais pobres e que a cooperação precisa ser uma relação em que todos sejam beneficiados.

Sendo assim, segundo Visentini (2010), mesmo que o Brasil procure lucrar com estas relações, não têm adquirido o ritmo dos rivais chineses, que dispõem da vantagem de um financiamento massivo e que quase não se atentam para questões como os direitos humanos. Os brasileiros são bem recebidos na África, são tidos como iguais, como um país que igualmente foi colonizado e que possui culturas de diferentes países, até mesmo africanos. As instituições brasileiras vão à África instituir parcerias e se desenvolver em outros mercados, já a China, não vai lá por estes motivos, todavia, essencialmente para pegar os recursos, mesmo que se despontem como dispostos a entrar em projetos não conexos à extração de recursos, como auxiliar os países a estabelecer zonas econômicas para incentivar as indústrias locais.

De acordo com Afonso e Fernandes (2005), a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento citados acima, trata-se de uma modalidade da cooperação técnica em desenvolvimento e com uma potencialidade abissal. No Brasil, são mais de 150 entidades que operam na cooperação Sul-Sul brasileira, em segmentos como agricultura, educação e ensino profissionalizante, saúde, meio ambiente, administração pública, transportes, energia, dentre outros nos mais diferentes campos do conhecimento.

CAPÍTULO II

2. OEI - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS

A cooperação técnica internacional, no entendimento da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), trata-se de uma atividade desenvolvida de maneira participativa e interativa, através da qual, são estabelecidos aos organismos nacionais, novos procedimentos de trabalho, novas tecnologias e processos atualizados de gerenciamento e avaliação. Adiciona-se igualmente que, a OEI, ao desenvolver seus projetos de cooperação técnica, avalia, de modo extraordinário, a cultura e os valores humanos e organizacionais que fazem parte dos organismos nacionais compartes. De tal modo, diante desta cooperação, a OEI integra-se aos organismos nacionais sempre sob a perspectiva de que toda organização, seja ela pública, privada ou não-governamental, tem responsabilidade social a desempenhar.

Neste contexto, a OEI trata-se de um organismo internacional de aspecto governamental voltado para a cooperação entre os países ibero-americanos na área da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional.

Os estados-membros de pleno direito e observadores, são todos os países ibero-americanos que compõem a comunidade de nações integrada por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. São Observadores e Colaboradores Países Africanos e Asiáticos de Língua Portuguesa. A Guiné-Equatorial é país membro da OEI.

A sede central da sua secretaria-geral fica na cidade de Madri, na Espanha, e possui escritórios regionais na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, Costa Rica, na República Dominicana, no Equador, em El Salvador, na Guatemala, em Honduras, no México, na Nicarágua, no Panamá, no Paraguai, no

Peru e no Uruguai.

O financiamento da OEI, bem como dos seus programas, fica coberto perante as quotas obrigatórias e as ajudas voluntárias que realizam os governos dos estados-membros e pelas ajudas que, para alguns projetos, possam fazer instituições, fundações e demais organismos interessados no aprimoramento da qualidade educacional e no desenvolvimento científico tecnológico e cultural.

A OEI foi criada no ano de 1949 sob a designação de Escritório de Educação Ibero-americana e com o aspecto de agência internacional como resultado do I Congresso Ibero-americano de Educação realizado na cidade de Madri. No ano de 1954, no II Congresso Ibero-americano de Educação, que aconteceu na cidade de Quito, no Equador, foi decidido transformar a OEI em um organismo intergovernamental, interligado por estados soberanos e, com tal aspecto, foi formada no dia 15 de março do ano de 1957 no III Congresso Ibero-americano de Educação, realizado na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana, e foi lá em que se firmaram os primeiros estatutos da OEI, vigorantes até o ano de 1985.

No ano de 1979, foi realizado o IV Congresso Ibero-americano de Educação na cidade de Madri; no ano de 1983, ocorreu em Lima, na cidade do Peru, o V Congresso Ibero-americano de Educação, e em maio do ano de 1985, foi realizada uma reunião extraordinária do congresso na cidade de Bogotá, na Colômbia, na qual se definiu por modificar o antigo nome da OEI pelo existente hoje, mantendo as siglas e expandindo os seus objetivos. Essa alteração afetou igualmente o nome do seu órgão supremo de Governo, o Congresso Ibero-americano de Educação, que passou então a ser Assembleia Geral. Em dezembro do ano de 1985, em meio a 60ª Reunião do Conselho Diretivo realizada no Panamá, na qual os seus componentes agiram com a plenipotência dos seus concernentes estados e com plenos poderes da Assembleia Geral, foram subscritos os atuais estatutos da OEI, que adaptaram e trocaram o texto estatutário do ano de 1957 e aprovaram o Regulamento Orgânico.

Inicialmente da I Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, realizado na cidade de Guadalajara, no México, no ano de 1991, a OEI requereu e convocou as Conferências de Ministros de Educação, como instância de elaboração destas reuniões, incumbindo-se igualmente daqueles programas

educacionais, científicos ou culturais que lhe são atribuídos para o seu cumprimento.

Com sede em Brasília, a OEI no Brasil foi estabelecida no ano de 2004, perante a promulgação do Decreto Presidencial nº 5.128, que constitui o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Hoje, a diretora do escritório é a Sra. Adriana Weska

Os projetos, em parceria com o Governo do Brasil ou com a sociedade civil, apresentam sempre a finalidade de ajudar a formulação e operacionalização de políticas públicas que gerem a qualidade e maior equidade na educação, a multiplicidade cultural e o avanço técnico e científico.

A OEI pontua sua ação em assistência técnica, formação de recursos humanos, pesquisas, publicações e promoção de parcerias internacionais que beneficiem a participação de todos os atores envolvidos. O desígnio principal da OEI é, assim sendo, fortalecer o conhecimento, o entendimento mútuo, a integração, a solidariedade e a paz através da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura. Para tanto, os investimentos da OEI nos últimos cinco anos se pautaram basicamente em três áreas: Educação; Cultura; Ciência.

EDUCAÇÃO

A dialética da vinculação entre qualidade e igualdade sugere uma alternativa para articular dois espaços de reflexão e ingerência que concebem um ciclo: somar os níveis de qualidade e de atribuição dos sistemas educacionais, conservando ou incitando aquelas ações positivas que entusiasmam categoricamente no desenvolvimento das políticas educativas de um modo geral, dando especial atenção àqueles segmentos que, por diferentes causas, estão afastados ou não o bastante interligado ao sistema. Usam como documento de referência as Metas educacionais 2021, para implantação de estratégias que alongam a oferecer melhor qualidade educativa aos que contam com condições precárias de origem é, certamente, uma das duas contribuições para estimular a capacidade democratizadora da educação, que são: Eixo programático 1: Educação, Sociedade e Desenvolvimento; Eixo programático 2: Sistemas Educacionais, Atores e Práticas.

CULTURA

O ambiente ibero-americano se configura como um projeto de integração fundamentado em elementos comuns arraigados em sociedades que têm compartilhado processos históricos, e que, do mesmo modo, se delibera pela somatória de suas dimensões culturais. A ação da cooperação ibero-americana neste campo, assinala a promover e a potencializar o diálogo entre culturas como ajuda substancial à resolução de conflitos e o convívio democrático; a alentar uma maior centralidade da cultura nas políticas públicas, e a promover sua otimização na formulação e cumprimento de políticas culturais. Estabelece o compromisso político dos estados ibero-americanos em: afirmar o valor central da cultura para o desenvolvimento promover e proteger suas múltiplas identidades, línguas e tradições; e consolidar o espaço cultural ibero-americano através do intercâmbio e cooperação cultural.

A V Conferência Ibero-americana de Cultura constituiu uma Agenda da Cooperação Cultural Ibero-americana que se baseia em quatro grandes pontos: o conhecimento das políticas e legislações culturais dos países da Ibero-América; a capacidade de gestão cultural, o diálogo e o tratado regional, e as visões compartilhadas e acordos que facilitem a inserção nos processos globais.

CIÊNCIA

A cultura CTS+I (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação) principia a ser avaliada como sendo uma área de estudo apropriado para os países ibero-americanos, nos quais a expectativa é de que a inovação aperfeiçoe a qualidade de vida dos cidadãos e beneficie o desenvolvimento econômico, gerando, do mesmo modo, a sensibilidade e envolvimento do cidadão neste processo ao lado do entendimento público de suas incertezas, desafios, riscos e benefícios. É nada mais do que agir em duas frentes de aspecto complementar; por um lado, promovendo o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento, fundamentado na inovação tecnológica, e, por outro, adicionando a cultura científica da sociedade de forma que admita conseguir o apoio do cidadão como condição de avanço e

sustentabilidade.

Para cooperar em todas essas três áreas, a OEI/Brasil possui condições institucionais e pessoal técnico especializado para realizar ações cujas especificações estão relacionadas a seguir:

- Prestar assessoramento a organismos brasileiros na elaboração de pesquisas e diagnósticos organizacionais; formulação de planejamento estratégico; organização de redes de gestão participativa; composição de sistemas executivos integrados para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (definidos pela ONU).
- Elaborar, estimular e apoiar a elaboração de estudos, pesquisas e publicações sobre temas relacionados ao desenvolvimento da educação, das ciências, das tecnologias e da cultura.
- Assessorar e apoiar organizações brasileiras na concepção e implantação de processos decisórios e funcionais baseados em indicadores de resultados, avaliações sistemáticas de produtividade e nas responsabilidades sociais com os públicos-alvo.
- Estimular e apoiar o intercâmbio de experiências nas áreas de educação, ciências, tecnologias, cultura e desenvolvimento social entre os países iberoamericanos, tendo como foco a preservação da paz e do respeito às diversidades culturais.
- Promover a integração com outros organismos internacionais e estrangeiros no sentido de maximizar esforços e custos, ampliar a capacidade de cooperação e promover a qualidade crescente dos serviços oferecidos às instituições parceiras no Brasil.

Nos últimos anos, conforme dados do CGC (2014), os países Ibero-americanos criaram Fundo Solidário de Coesão Educativa de US\$ 2 milhões que visa oferecer subsídios para que os países consigam as metas educativas propostas até o ano de 2021. Os recursos são provenientes das agências de financiamento e dos países que possuem melhores condições financeiras. A estimativa inicial de recursos foi de U\$ 2 milhões.

No Brasil, conforme dados do Ministério do Planejamento (2015), a previsão

era de que, as metas para 2021 traçadas nos últimos quatro anos fossem alcançadas dentro do prazo, considerando que o orçamento do Ministério da Educação cresceu 130% na década passada e adveio de R\$ 23 bilhões para R\$ 53 bilhões. No entanto, atualmente, fica em risco o cumprimento das metas em razão da queda do ritmo de desenvolvimento do país nos últimos quatro anos.

2.1. Programas e Orçamento de Cooperação Executados no Período Entre os Anos de 2013 a 2016

Os projetos Cooperação contemplados pela OEI podem ser analisados conforme o montante financeiro arrecadado em cada programa de ação compartilhada. O período a ser analisado compreende os anos de 2013 a 2016, no qual apresentam um total de projetos executados na ordem de 748 milhões de dólares. As distribuições dos recursos estão distribuídas de acordo com os períodos (bianuais), que em 2015 passou a se chamar Programa de Ação Compartilhada (PAC), descritos na tabela 1:

Anos 2013-2014			
Área	Nº PAC	Programas de ação compartilhada	Total US\$
Educação	1	Luzes para Aprender/Programa Social Integral	78.031.924,06
Educação	2	Programa de educação para a diversidade de alunos e grupos de maior risco de exclusão	22.452.044,07
Educação	3	Programa de atenção a Primeira Infância	2.985.204,39
Educação	4	Programa melhorar a qualidade da educação	57.410.140,18
Educação	5	Programa Educação Técnica Profissional (ETP)	66.454.201,53
Educação	6	Programa Educação nos valores e na cidadania	5.298.974,20
Educação	7	Programa de Alfabetização e Educação ao longo da vida	39.001.632,05
Educação	8	Programa de desenvolvimento profissional dos professores	13.459.190,54
Educação	9	Programa de Educação artística, cultura e cidadania	48.800.077,11
Ciência	10	Programa de revitalização do Conhecimento do Espaço Ibero-Americano	27.006.790,05
Cultura	11	Programas Culturais	15.692.246,37
Educação	12	Desenvolvimento Institucional	24.343.475,30
Total Geral			400.935.900

Tabela 01 - Investimentos por programa de ação compartilhada no biênio 2013 - 2014
Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2014).

Enquanto que no biênio de 2015-2016 verifica-se uma queda no montante investido em projetos da OEI nos programas de ação compartilhada.

Anos 2015-2016			
Área	Nº PAC	Programas de ação compartilhada	Total US \$
Educação	1	Apoio à governabilidade educacional e pactos educacionais	29.628.297
Educação	2	Atenção a diversidade e grupos em risco de exclusão	58.321.119
Educação	3	Atenção a Primeira Infância	1.507.358
Educação	4	Melhorar a qualidade da educação	56.006.963
Educação	5	Educação Técnica Profissional	23.357.692
Educação	6	Educação nos valores e na cidadania	7.125.589
Educação	7	Alfabetização e Educação de Adultos	41.320.251
Educação	8	Desenvolvimento profissional dos professores	9.410.510
Educação	9	Educação artística e cidadania	2.535.573
Ciência	10	Espaço ibero-americano de conhecimento e da ciência	14.457.620
Cultura	11	Programas Culturais	7.148.022
Educação	12	Cooperação para o Desenvolvimento e Desen. Institucional	96.095.734
Total Geral			346.914.728

Tabela 02 - Investimentos por programa de ação compartilhada no biênio 2015 – 2016.

Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

2.2. Orçamento da OEI (US\$)

O Orçamento da OEI no período dos anos de 2013 – 2016, apresentado a baixo, base se nos ingressos de recursos de projetos referidos no presente documento, das receitas de vários conceitos e de custos com pessoal e funcionamento e dos compromissos assumidos até o final de 2016.

VOLUME DE GESTÃO	
Cooperação	95.794.835
Recurso de Administração	305.141.064
TOTAL DE VOLUME DE GESTÃO	400.935.899
INGRESSOS DE SUSTENTOS	
Cotas Obrigatórias	6.621.971
Ingressos por convênios	24.172.572
Aportes e venda de serviços	9.829.415
Diversos	1.528.421
RECEITAS TOTAIS	42.152.381
DESPESAS COM ESTRUTURA E A COOPERAÇÃO COM FUNDOS PRÓPRIOS	
Pessoal	23.048.664
Corrente	8.626.064
amortizações e perdas por imparidade	940.787
Despesas de Cooperação com fundos próprios	6.085.045
DESPESAS TOTAIS	38.700.562
LUCRO	3.451.818

Tabela 03 - Volume de Recursos discriminados nos orçamentos 2013-2014 da OEI.

Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2014).

Já no biênio 2015-2016, nota-se o seguinte resultado operacional entre as receitas e despesas da OEI.

VOLUME DE GESTÃO	
Cooperação	108.333.517
Recurso de Administração	238.581.213
TOTAL DE VOLUME DE GESTÃO	346.914.730
INGRESSOS DE SUSTENTOS	
Cotas Obrigatórias	6.888.506
Ingressos por convênios	18.554.769
Aportes e venda de serviços	6.543.532
Resultado Financeiro	10.148.860
Diversos	1.058.329
RECEITAS TOTAIS	43.193.996
DESPESAS COM ESTRUTURA E A COOPERAÇÃO COM FUNDOS PRÓPRIOS	
Pessoal	22.166.172
Corrente	6.357.765
Despesas de Cooperação com fundos próprios	13.149.986
DESPESAS TOTAIS	41.673.923
LUCRO	1.520.073

Tabela 04 - Volume de Recursos discriminados nos orçamentos 2015-2016 da OEI.
 Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

2.3. Evolução Orçamentária 2005-2016 (em milhões de dólares)

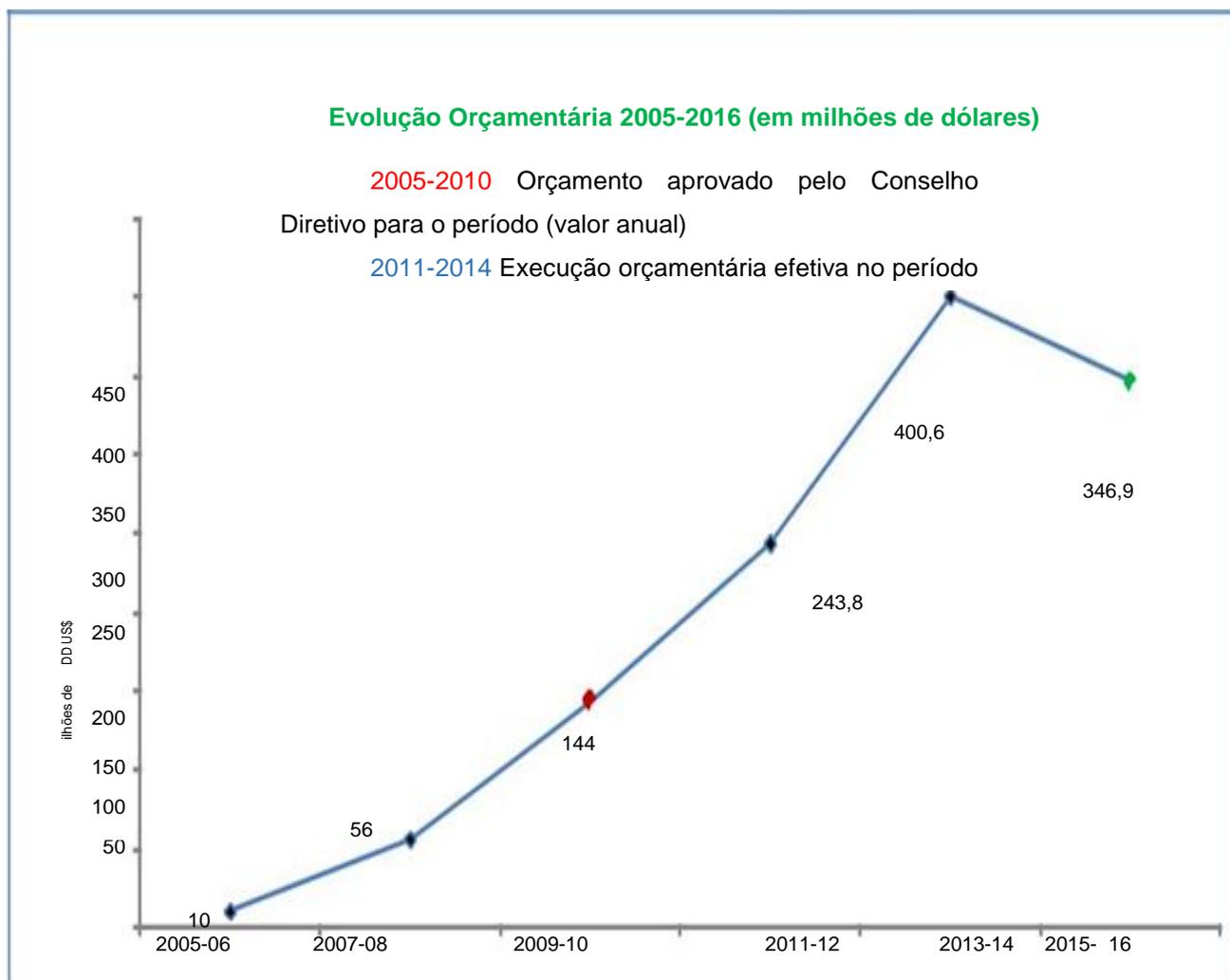


Gráfico 01 - Mudanças na quantidade de projetos com a gestão pela OEI a partir de meados de 2005-2006 até 2016.

Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

2.4. OEI – BRASIL

Ao analisarmos a base de dados obtida pelas informações no período de 2013 – 2016, verificamos que a OEI- BRASIL teve uma queda em relevante em 2016 sobre os investimentos nas linhas de ação principalmente na cultura e ciência e tecnologia onde seu investimento é muito baixo, comparado as outras OEI.

A tabela a seguir representa os montantes investidos pelos países que fazem

parte da OEI entre os anos de 2013 a 2016, com destaque para o Brasil, que se consolida como o quarto que mais investe em cooperação técnica dentre os países participantes:

	PAÍS	Soma de VALOR	%
1º	Argentina	113.406.279	27%
2º	Colombia	74.542.222	18%
3º	Panamá	56.139.360	13%
4º	Brasil	31.357.203	7%
5º	Paraguay	27.164.327	6%
	Outros	120.394.240	28%

Tabela 05 - Volume de Recursos discriminados por países membros 2013-2016.
Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

O Brasil representa uma fatia de 7% do montante de recursos realizados através de programas de cooperação técnica dentro da OEI dentre os anos de 2013 a 2016.

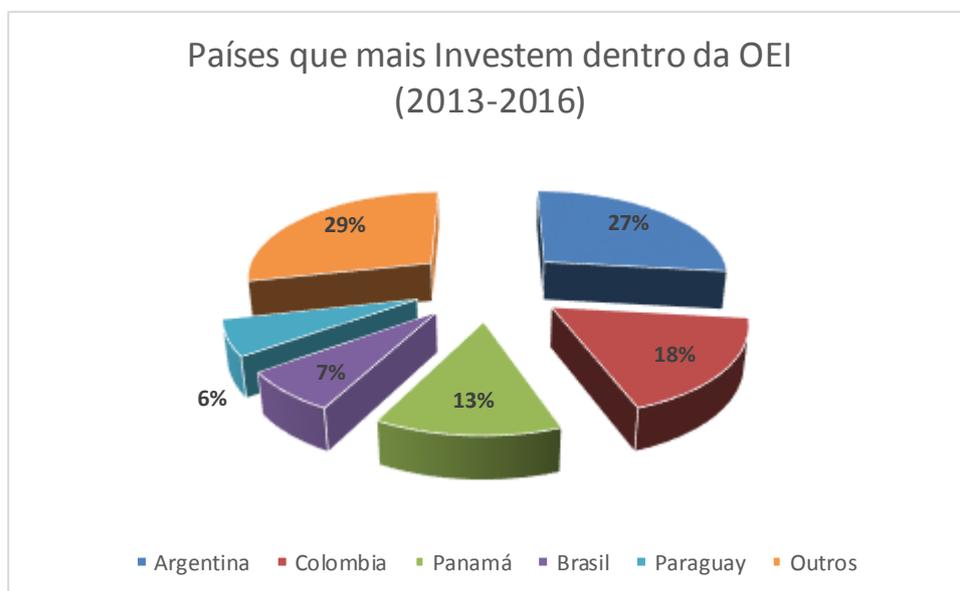


Gráfico 02 - Participação (%) no volume investido com programas de cooperação na OEI.
Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016)

A tabela 06 abaixo, apresenta como o Brasil se coloca em relação aos países membro da OEI, em matéria de investimento relacionada pela área, e observando podemos notar que área de Educação e onde mais investem recurso, comparadas

com as outras áreas atuante da OEI.

RANKING	ÁREA	PAÍS	VALOR US\$	%
EDUCAÇÃO				
1º	Educação	Argentina	223.019.611	32%
2º	Educação	Colombia	149.410.776	21%
3º	Educação	Brasil	74.327.227	11%
4º	Educação	Panamá	73.056.654	10%
5º	Educação	Paraguay	60.339.830	9%
6º	Educação	Outros	121.268.640	17%
TOTAL			701.422.738	100%
CIÊNCIA				
1º	Ciência	Argentina	17.876.789	43%
2º	Ciência	Panamá	12.212.501	29%
3º	Ciência	Colombia	3.297.777	8%
4º	Ciência	Iberoamérica	2.418.866	6%
5º	Ciência	Brasil	1.506.185	4%
6º	Ciência	Outros	4.152.292	10%
TOTAL			41.464.410	100%
CULTURA				
1º	Cultura	Iberoamérica	8.356.467	37%
2º	Cultura	Argentina	5.424.743	24%
3º	Cultura	Brasil	2.412.352	11%
4º	Cultura	Paraguay	2.394.675	10%
5º	Cultura	México	1.992.631	9%
6º	Cultura	Outros	2.259.400	10%
TOTAL			22.840.268	100%

Tabela 06 - Ranking de Recursos por países membros por área do PAC 2013-2016.
Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

Já a tabela 07 segue ranking de Agências Executoras, os valores investidos e nas áreas de Educação, Cultura e Ciências. Áreas em que a OEI tem expertise de gestão no período de 2013 a 2016.

	SETOR	AGÊNCIA EXECUTORA	VALOR
1º	Educação	Ministério de Educação	57.652.948
2º	Educação	Ministério de Pesca	2.865.666
3º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	1.927.025
4º	Educação	Ministério da Justiça	1.779.410
5º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	1.672.990
6º	Educação	SEBRAE-BID	1.550.304
7º	Educação	Instituto Brasileiro de Museus	1.424.321
8º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	998.480
9º	Educação	Associação de Alfabetização Solidaria	636.684
10º	Educação	Serviço de Brasileiro de apoio a micro y pequenas empresas	634.942
11º	Educação	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República da Presidência	586.018
12º	Educação	SME/SP	569.728
13º	Educação	Ministério da Cultura	407.770
14º	Educação	IBRAM	379.104
15º	Educação	Secretaria General Ibero americana (SEGIB)	320.833
16º	Educação	CAPES/MEC	158.258

17º	Educação	SEB/MEC	158.258
18º	Educação	Votorantim / Fundação SM / Volkswagen / Abrelivros	149.263
19º	Educação	Embaixada do México Embratel	127.846
20º	Educação	Ministério dos Esportes	112.341
21º	Educação	Caixa Econômica Federal -SED	73.458
22º	Educação	União Européia	58.784
23º	Educação	Financiamento OEI	39.933
24º	Educação	Editores Saraiva	31.811
25º	Educação	Fundação Mapfre	11.015
26º	Educação	Fundação Endesa	65
1º	Cultura	IBRAM	899.206
2º	Cultura	Ministérios de Cultura (Brasil, Espanha, Colômbia, México, Chile, Uruguai, Equador, Peru e Argentina)	844.172
3º	Cultura	Países de ibero-americanos	606.832
4º	Cultura	Ministério da Cultura	47.400
5º	Cultura	Financiamento OEI	10.667
6º	Cultura	Programa ibero americano de inovação	4.075
1º	Ciência	Ministério de Educação	1.479.838
2º	Ciência	Universidade de Brasília	16.747
3º	Ciência	Financiamento OEI	9.600

Tabela 07 - Ranking de Agências Executoras no Brasil, no período de 2013-2016.

Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).refazer a tabela????

Tabela 08 detalha mais os investimentos das agências executoras apresentando os projetos, área e a quantia que foi executada por cada projeto e o quanto isso representa em % num total de 100% em cada setor da OEI.

Arrumar as porcentagens que estão zerada

RANKING	SETOR	AGÊNCIA EXECUTADORA	PROJETO	VALOR	%
EDUCAÇÃO					
1º	Educação	Ministério da Educação	Assistência Técnica para implantação do PNE	18.149.843	24%
2º	Educação	Ministério da Educação	Melhorar o sistema de gestão do MEC em processos de implantação e evolução do Plano de Desenvolvimento da Educação	9.318.621	12%
3º	Educação	Ministério da Educação	PDE II Apoiar o Ministério da Educação na implantação, gestão e avaliação das políticas educacionais e do Plano Nacional de Educação	6.805.060	9%
4º	Educação	Ministério da Educação	Apoiar o Ministério da Educação na implantação, gestão e avaliação do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Assistência técnica 2016)	5.697.285	8%
5º	Educação	Ministério da Educação	Apoiar o Ministério da Educação na implantação, gestão e avaliação do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Assistência técnica 2015)	5.697.284	8%
6º	Educação	Ministério da Educação	Melhorar o sistema de gestão do MEC em processos de implantação e evolução do Plano de Desenvolvimento da Educação	4.252.091	6%

7º	Educação	Ministério da Educação	Alfabetização de Jovens e Adultos	2.305.001	3%
8º	Educação	Ministério da Educação	Sesu II - Apoiar no desenvolvimento de metodologias focadas: na integração das ações de educação superior, com destaque as ações de estímulo a pesquisa e produção técnico-científica; nas ações de acesso e permanência do público alvo da educação superior e formação inicial e continuada de professores	1.589.390	2%
9º	Educação	Ministério da Educação	Alfabetização de Jovens e Adultos	1.232.705	2%
10º	Educação	Ministério da Educação	Atualização dos processos de gestões e evolução de políticas e programas de Educação Superior no Brasil	788.533	1%
11º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento institucional de SEESP para o programa de permanencia nas escolas das pessoas com deficiências	603.260	1%
12º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento na direção da Educação Integral	348.843	0,1%
13º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento na direção da Educação Integral	249.508	0,1%
14º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento institucional de SEESP para o programa de permanencia nas escolas das pessoas com deficiência de 0 a 18 anos	244.748	0,1%

15º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento institucional das Secretarias Municipais de Educação em política municipal de Educação Infantil	52.468	0,05%
16º	Educação	Ministério da Pesca	Apoio ao desenvolvimento sustentável da Agricultura e da pesca	2.044.782	3%
17º	Educação	Ministério da Pesca	Pesca III - Fortalecimento do desenvolvimento do Setor Pesqueiro e da Aquicultura em todo o país	820.884	1%
18º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	Plano Nacional de Educação em Diretos Humanos	1.671.967	2%
19º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	Fortalecimento da organização do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil e divulgação de suas conquistas	255.058	0%
20º	Educação	Ministério da Justiça	Gestão MJ Apoiar o Ministério da Justiça na modernização da capacidade institucional e de gestão do ministério	1.779.410	2%
21º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	Fortalecimento da organização do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil e divulgação de suas conquistas	1.672.990	2%
22º	Educação	SEBRAE-BID	Apoio institucional para o desenvolvimento do Programa para difusão e implantação de iniciativas de apoio para as pequenas e medias empresa	1.112.440	1%

23º	Educação	SEBRAE-BID	Atividades relacionadas com o planejamento e desenvolvimento do Programa para difusão e implantação de iniciativas de apoio para as pequenas e medias empresa	437.864	1%
24º	Educação	Instituto Brasileiro de Museus	Ibram I PM - Apoiar o IBRAM no desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil	1.107.805	1%
25º	Educação	Instituto Brasileiro de Museus	Ibram II G - Apoiar no desenvolvimento da Gestão Estratégica do Ibram e dos Museus Brasileiros para o Fortalecimento Institucional na Formulação e Implantação de Políticas Públicas	316.516	0%
26º	Educação	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Republica	Plano Nacional de Educação em Diretos Humanos	998.480	1%
27º	Educação	Associação de Alfabetização Solidaria	Alfasol - Fortalecimento de políticas e práticas brasileiras em alfabetização e educação de jovens e adultos	636.684	1%
28º	Educação	Serviço de Brasileiro de apoio a micro y pequenas empresas	Sebrae II - Promover o desenvolvimento de sistema de troca de experiências e informações no âmbito das Micro, pequenas e Médias Empresas na Ibero-américa	634.942	1%

29º	Educação	SME/SP	Ampliação da Capacidade Institucional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no Planejamento e na Gestão da Educação como Fator de Desenvolvimento Humano e Sociocultural	569.728	1%
30º	Educação	Secretaria de Direitos Humanos	Apoiar o resgate, preservação e divulgação da história do movimento político de luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil	242.956	0,1%
31º	Educação	Secretaria de Direitos Humanos	SEDH Apoiar a Secretaria de Direitos Humanos no desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos	184.777	0,1%
32º	Educação	Ministério da Cultura	Fomento da música na Ibero América	407.770	1%
33º	Educação	IBRAM	Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil	379.104	1%
34º	Educação	Secretaria General Ibero americana (SEGIB)	Apoio SEGIB	320.833	0,8%
35º	Educação	Ministério da Educação	Fortalecimento institucional das Secretarias Municipais de Educação em política municipal de Educação Infantil Da primeira infância	318.309	0,7%

36º	Educação	CAPES/MEC	Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), os Programas de Formação de Professores para a Educação Básica e os Programas de Internacionalização da Educação na formulação,	158.258	0,3%
37º	Educação	SEB/MEC	Convenio Educação básica: estudos para novos cenários na educação 2014/2024 no Brasil (SEB)	158.258	0,3%
38º	Educação	SDH/PR	Atualização e fortalecimento das políticas públicas para promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência no Brasil e sua adequação à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (CORDE/SDH)	158.258	0,3%
39º	Educação	Votorantim / Fundação SM / Volkswagen / Abrelivros	Prêmio Professores do Brasil	149.263	0,3%
40º	Educação	Embaixada do México Embratel	Apoio Embaixada de México	127.846	0,2%
41º	Educação	Ministério dos Esportes	Desenvolvimento de processos gerencias e operacionais	112.341	0,2%
42º	Educação	Caixa Econômica Federal - SED	Exposição para Todos	73.458	0,1%
43º	Educação	União Européia	Projecto: OSS-LAC "One Stop Shops" Sustainable reintegration for Latin-American vulnerable returnees	36.416	0,05%

44º	Educação	União Européia	Retornados: PTRSI from Europe to Latin-American	22.368	0,04%
45º	Educação	Financiamento OEI	Educação e valores através do Esporte	26.600	0,04%
46º	Educação	Financiamento OEI	Apoiar o desenho e intercambio dos programas para a integração do teatro na educação	11.333	0,03%
47º	Educação	Financiamento OEI	Apoio a projetos para estimular a cooperação, a inovação, a criatividade e o empreendedorismo na Ibero América	2.000	0,01%
48º	Educação	Editora Saraiva	Saraiva	31.811	0,05%
49º	Educação	Fundação Mapfre	Programa Ibero- americano de Inclusão educativa	11.015	0,03%
50º	Educação	Fundação Endesa	Programa Ibero- americano de Luzes para Aprender	65	0,01%
CULTURA					
51º	Cultura	IBRAM	Desenvolvimento da gestão estratégica do Ibram e dos museus brasileiros para fortalecimento institucional para formulação e implantação de políticas públicas	899.206	37%
52º	Cultura	Ministérios de Cultura (Brasil, Espanha, Colômbia, México, Chile, Uruguai, Equador, Peru e Argentina)	Promover a integração, consolidação, modernização, qualificação e desenvolvimento dos museus da Ibero América	844.172	35%

53º	Cultura	Países da Ibero-América	Ibermuseus - O Programa constitui-se uma instância de fomento e articulação de políticas museológicas para a Ibero-América	467.471	19%
54º	Cultura	Países da Ibero-América	Ibercultura Viva - Fomentar o desenvolvimento cultural, econômico e social da Ibero América, assim como as políticas culturais de base comunitária dos países	70.583	3%
55º	Cultura	Países da Ibero-América	Iberrutas - Fortalecimento das rotas de Diretos Interculturais de Migração Ibero-Americana	68.778	3%
56º	Cultura	Ministério da Cultura	Fortalecimento de Diretos Interculturais de Migração Ibero-Americana	47.400	2%
57º	Cultura	Financiamento OEI	Fortalecimento dos canais de integração Cultural	10.667	0,07%
58º	Cultura	Programa ibero-americano de inovação	Programa ibero- americano de inovação	4.075	0,03%
CIÊNCIA					
59º	Ciência	Ministério da Educação	Atualização dos processos de gestões e evolução de políticas e programas de Educação Superior	1.479.838	98%
60º	Ciência	Universidade de Brasília	Apoio UNB	16.747	1%
61º	Ciência	Financiamento OEI	Identificação de centros educativos que desenvolvem as melhores experiências inovadoras de cada país (Intercâmbio de docentes)	9.600	1%

Tabela 08 - Ranking de Recursos Direcionados por Programa de Ação Compartilhada no Brasil no Período de 2013-2016.

Fonte: Elaboração própria, dados Memórias OEI (2016).

CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo identificar quais são os fatores positivos e negativos da cooperação técnica internacional na gestão e implementação das políticas públicas. Desta maneira, concluiu-se que esta cooperação apresenta como pontos positivos o fato de serem diretrizes e princípios norteadores de ação do Poder Público, promovendo assim um conjunto de regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, com mediações entre atores da sociedade e o Estado.

Ao serem implementadas e geridas, as políticas públicas podem ser agilizadas, uma vez que as demandas da sociedade pedem decisões ligeiras, ou até mesmo imediatas, e em razão disto é necessária uma gestão eficiente.

Observa-se cada vez mais a compleição da sociedade civil nas demandas de interesse comum. As políticas públicas versam sobre os recursos públicos quer diretamente, quer por meio de isenções fiscais, ou de regulamente ações que abrangem o interesse público. Por isto, precisa-se de debate público, da transparência, atualmente tão imprescindível em todas as ações do Estado.

O sucesso das políticas públicas depende de diferentes fatores. Dentre estes, é essencial o conhecimento da realidade para a fixação do conteúdo e da gestão dos programas de utilidade pública. Neste contexto, basear o conhecimento na realidade real, portanto, nas situações em que os indivíduos vivem diariamente, centrando a atenção na "pessoa" e seus conhecimentos de vida, admite maior eficácia de atuação e nova maneira de intervenção, apropriada de valorizar os aspectos positivos e as tentativas de resposta às necessidades já estabelecidas pela pessoa e sua comunidade. Buscar fortalecer estas tentativas pode então conceber uma decisão importante e inovadora no cenário das políticas públicas.

As políticas públicas necessitam ser adimplidas correspondendo um ciclo de políticas que se encontra orientado conforme os princípios fundamentais do processo de administrar, quais sejam: planejar - organizar - executar - controlar. De tal modo, observa-se que a formação das políticas públicas se molda dentro da

dialética dos princípios administrativos, segundo as opções políticas disponíveis, levando em consideração os interesses dos atores políticos nas disputas travadas nas arenas políticas.

A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI é um organismo internacional criado para promover a cooperação entre os países ibero-americanos nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura.

No Brasil, a OEI se alia as agências executoras para criar condições - humanas, por meio da capacitação de pessoas; organizacionais, de forma a introduzir tecnologias da informação e comunicação nos processos de gestão e planejamento; e instrumentais - para enfrentar problemas, aprimorar estratégias decisórias e aperfeiçoar processos técnico-operacionais para implementação de políticas públicas eficientes, capazes de ampliar as relações entre o Estado e a sociedade.

Desta forma a cooperação possui dois propósitos principais. O primeiro refere-se à ação cooperativa entre os parceiros, de modo a aumentar a eficiência dos processos de trabalho e promover a efetividade de sua atuação nos públicos-alvo. O segundo propósito é a transferência de conhecimentos e tecnologias produzidas pela cooperação, de forma que todas as técnicas sejam integralmente incorporadas ao cotidiano da instituição parceira.

Assim, conclui-se que as práticas de cooperação técnica propiciam a capacitação e a transferência tecnológica, com vistas a aumentar a produtividade, por meio da adaptação de soluções tecnológicas desenvolvidas em prol da maior eficiência na implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica internacional**. 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acessado em 20 de junho de 2016.

ABREU, Poliana Reis. **Cooperação técnica para o desenvolvimento e a política externa brasileira**. Monografia de Especialização. Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2008.

AFONSO. M; FERNANDES, A. P. **Introdução à cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa, 2005.

ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANJOS, Gabriele dos. **Maternidades, cuidados do corpo e “civilização” na Pastoral da Criança**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1), 2007.

AYLLÓN, Bruno. **O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas**. Revista de Economia e Relações Internacionais, São Paulo, v. 05, nº 08, 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Orçamento Federal**. 2015. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/>. Acessado em 26 de agosto de 2016.

BUTHE, T; MELLO, E; SOUZA, A. **The Politics of Private Foreign Aid: Humanitarian Principles, Economic Development Objectives and Organizational Interests in NGO Private Aid Allocation**. International Organization, vol. 66 nº 04, 2012.

CAMPOS, T, L. (org.). **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2005.

CGC. **Países Ibero-americanos criam Fundo Solidário de Coesão Educativa de US\$ 2 milhões**. 2014. Disponível em: <http://cgceducao.com.br/paises-ibero-americanos-criam-fundo-solidario-de-coesao-educativa-de-us-2-milhoes/>. Acessado

em 26 de agosto de 2016.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004.

COLLIER, C. **NGOs, the Poor and Local Government.** Development in Practice, vol. 06, nº 03, 1996.

DICKLITCH, S; RICE, H. **The Mennonite Central Committee (MCC) and Faith-based NGO Aid to Africa.** Development in Practice, vol. 14, nº 05, 2004.

FOWLER, A. **Demonstrating NGO Performance: Problems and Possibilities.** Development in Practice, vol. 06, nº 01, 1996.

HENDERSON, S. **Importing Civil Society: Foreign Aid and the Women's Movement in Russia.** 2008. Disponível em: https://www.gwu.edu/~ieresgwu/assets/docs/demokratizatsiya%20archive/081_Henderson.PDF. Acessado em 20 de junho de 2016.

INOUE, Cristina Yumie Aoki; VAZ, Alcides Costa. **Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation?** Cambridge Review of International Affairs, 25:4, 2012.

KECK, M; SIKKINK, K. **Activist Beyond Borders.** Ithaca: Cornell UP, 1998.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy.** Princeton University Press, 1984.

LANCASTER, C. **Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics.** Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, Maria R. S. de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, nº 01, 2006.

LOPES, Luara L. A. **A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): O Brasil como doador.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UNESP; UNICAM; PUC-SP, São Paulo, 2008.

MIRANDA, Carla Leal Lourenço de. **Relações Internacionais e desenvolvimento local: uma análise da Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (1987-2003).** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2004.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). **OEI Brasil.** 2016. Disponível em:<<<http://www.oei.org.br/>>>. Acessado em 12 de agosto de 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). **Projeto de Cooperação Técnica Internacional: Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil.** Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). Memórias 2015-2016. **Bravo Murillo.** Madrid. 2016. Disponível em:<<<http://www.oei.es/historico/publicaciones/MemoriaWeb.pdf>>>. Acessado em 05 de agosto de 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). Memórias 2013-2014. **Bravo Murillo.** Madrid. 2016. Disponível em:<<<http://www.oei.es/historico/publicaciones/MemoriaWeb.pdf>>>. Acessado em 05 de agosto de 2014.

ORJUELA, C. **Dilemmas of civil society aid: donors, ngos and the quest for peace in sri lanka.** Peace and Democracy in South Asia. Volume 01, Number 01, January 2005.

PARKS, T. **The Rise and Fall of Donor Funding for Advocacy NGOs: Understanding the Impact.** Development in Practice, Vol. 18, nº 02, 2008.

PINO, Bruno A. **O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudos nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas.** Revista Economia e Relações Internacionais da FAAP, São Paulo, v. 04, nº 08, 2006.

RAMOS, Bárbara Oliveira. **A Cooperação Internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil.** Mestrado em Relações Internacionais, UnB, 2006.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y desarrollo: nueve preguntas sobre el tema.** Burgos, España: Amycos. 2002. Disponível em: <www.ciberoamericana.unican.es/documentos/introcoopdes/Cooperación%20y%20desarrollo.%20Nueve%20preguntas%20sobre%20el%20tema.pdf>. Acessado em 20 de junho de 2016.

SARAIVA, J. Flávio. **África parceira do Atlântico. Relações Internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI.** Fino Traço, 2012.

SILVESTRE, Rosa Maria. **A horizontalização da cooperação técnica internacional: o caso das Funções Essenciais de Saúde Pública no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2007.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A cooperação técnica internacional.** In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática.** Brasília: FUNAG, 2007.

VISENTINI, P. **South-south cooperation, prestige diplomacy or “soft imperialism”? Lula’s government brazil-africa relations.** In: Século XXI, Porto Alegre, v. 01, nº 01, 2010.

